

Programa de Financiamento da República Portuguesa para 2023

2º Trimestre (atualização)

1. Programa de Financiamento para 2023: 2º trimestre (atualização)

A 31 de março de 2023, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) anuncia a atualização, para o 2º trimestre de 2023, do Programa de Financiamento da República Portuguesa:

[Execução a final de fevereiro; mil milhões de euros]	2021	2022 P	2023 P
Necessidades de financiamento do Estado	26.6	24.9	24.8
Necessidades líquidas de financiamento	13.8	9.5	12.4
Défice orçamental ^(a)	9.5	6.0	5.9
Aquisição líquida de ativos financeiros ^(b)	4.3	3.5	6.4
Amortizações de MLP	12.8	15.4	12.5
OT + MTN ^(d)	9.4	11.4	11.0
OTRV	3.5	3.5	
Empréstimos oficiais		0.5	1.5
Fontes de financiamento do Estado	26.6	24.9	24.8
Uso de depósitos	8.3	2.5	0.3
Financiamento durante o ano	18.3	22.5	24.5
Executado	18.3	22.5	11.5
UE		1.4	0.1
OT + MTN	14.6	12.0	6.9*
OTRV			
CA/CT/CTPM (líquido)	0.5	4.6	4.3
BT (líquido)	-4.8	1.3	0.2
Outros (líquido) ^(e)	5.2	3.2	
Por executar			13.0
UE			0.2
OT + MTN			8.3
OTRV			
CA/CT/CTPM (líquido)			7.7
BT (líquido)			-0.2
Outros (líquido) ^(e)			-3.1
Saldo de disponibilidades de Tesouraria no final do ano ^(f)	8.8	6.3	6.0

(a) Déficit do subsector Estado em contabilidade pública (2023 corresponde a estimativa com base no déficit das Administrações Públicas em contas nacionais)

(b) Inclui refinanciamento de outras entidades públicas (nomeadamente empresas públicas) e linhas de crédito ao Fundo de Resolução (nacional) e Fundo de Resolução Europeu

(d) Inclui impacto líquido de operações de troca.

(e) Inclui centralização de fundos de outras entidades da Tesouraria Central do Estado.

(f) Exclui contas margem associadas a instrumentos derivados.

*Inclui a emissão particular de Obrigações do Tesouro subscritas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), ao abrigo do Decreto-Lei nº 14/2023 [link](#).

Em 2023, o montante das necessidades de financiamento líquidas do Estado permanece inalterado, enquanto que o financiamento líquido de CA/CT esperado situa-se em 12 mil milhões de euros, representando um aumento de 8,5 mil milhões de euros face à estimativa inicial.

As emissões de Obrigações do Tesouro (OT), líquidas de recompras, estimam-se que atinjam 15,2 mil milhões de euros em 2023 (uma diminuição de 4,6 mil milhões de euros comparativamente à estimativa original).

O financiamento líquido através de Bilhetes de Tesouro (BT) espera-se que registre igualmente um decréscimo, de uma estimativa inicial de 4,3 mil milhões de euros para uma variação líquida de zero em 2023.

Até ao final de fevereiro de 2023, o IGCP tinha já emitido 6,9 mil milhões de OT, o que representa mais de 45% do atual objetivo de emissão anual deste instrumento.

2. Emissão de Obrigações do Tesouro (OT)

Durante o segundo trimestre de 2023, o IGCP poderá realizar leilões de OT à 2ª ou 4ª quartas-feiras de cada mês, que terão a participação dos Operadores Especializados de Valores do Tesouro (OEVT) e Operadores de Mercado Primário (OMP). O anúncio do montante indicativo do leilão e das linhas de OT a reabrir será realizado até três dias úteis antes da respetiva data de leilão.

3. Emissão de Bilhetes do Tesouro (BT)

O calendário de leilões de BT a realizar no 2.º trimestre de 2023 é o seguinte:

Instrumento	Operações	Data indicativa	Montante indicativo EUR milhões
BT15MAR2024	Reabertura (11 meses)	19-abr-2023	500
BT17MAI2024	Lançamento (12 meses)	17-mai-23	750

O IGCP acompanhará ativamente a evolução das condições de mercado, podendo introduzir ajustamentos às presentes linhas de atuação.